

**Gestão 2016-2018**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Aroldo José de Lima**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*  
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*  
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*  
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*  
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*  
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*  
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*  
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*  
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*  
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*  
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*  
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*  
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*  
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*  
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Avila*  
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*  
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*  
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*  
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*  
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*  
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*  
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*  
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrainer*  
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*  
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*  
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*  
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*  
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*  
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*  
Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*  
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*  
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*  
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*  
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdec@mpms.mp.br](mailto:caopjdec@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 3/2018-PGJ, DE 16 DE MARÇO DE 2018.**

*Altera as Resoluções nº 19/2012, de 5 de junho de 2012, nº 20/2012-PGJ, de 5 de junho de 2012, nº 38/2015-PGJ, de 24 de novembro de 2015, e nº 30/2012-PGJ, de 17 de agosto de 2012.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a necessidade de dar tratamento simétrico entre a comarca de Corumbá e as demais comarcas de entrância especial, estabelecendo semelhante procedimento para o atendimento das demandas urgentes;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração das Resoluções nº 19/2012-PGJ, 20/2012-PGJ, 38/2015-PGJ e 30/2012-PGJ, para adequações devidas;

CONSIDERANDO a decisão proferida por este Procurador-Geral de Justiça nos autos de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000525-4,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** A ementa da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre o plantão dos Promotores de Justiça nas Promotorias de Justiça de Entrância Especial.” (NR)

**Art. 2º** O *caput* do art. 1º da Resolução nº 19/2012-PGJ passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º O plantão no âmbito das comarcas de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá funcionará ininterruptamente, nos sábados, domingos, feriados e nos dias em que não houver expediente forense, e terá início às 18h01min do último dia útil, encerrando-se às 7h59min do primeiro dia útil subsequente, e nos dias úteis das 18h01min às 7h59min, em regime de sobreaviso, para atender a todos os casos urgentes do plantão judiciário e aqueles relacionados com a atuação ministerial que não possam aguardar o expediente do primeiro dia útil subsequente.” (NR)

**Art. 3º** O *caput* do art. 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Atuarão no plantão, mediante escala semanal, todos os membros do Ministério Público lotados em Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, bem como os designados para o exercício das funções nestas comarcas, exceto.” (NR)

**Art. 4º** O *caput* do art. 10-A da Resolução nº 19/2012-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10-A. Nas comarcas de Dourados, Três Lagoas e Corumbá o Supervisor com maior antiguidade na carreira fica incumbido de elaborar e encaminhar para publicação a escala única de plantão, observada a ordem de antiguidade na entrância, admitindo-se a instituição de escala em separado para os feriados prolongados e o início do interstício de plantão às quartas-feiras.” (NR)

**Art. 5º** O Anexo da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Região 1	Promotorias de Justiça de Fátima do Sul, Glória de Dourados, Deodápolis, Angélica e Ivinhema
Região 2	Promotorias de Justiça de Rio Brillante, Itaporã e Nova Alvorada do Sul
Região 3	Promotorias de Justiça de Nova Andradina, Batayporã e Anaurilândia
Região 4	Promotorias de Justiça de Sidrolândia e Maracaju
Região 5	Promotorias de Justiça de Sete Quedas, Iguatemi, Eldorado e Mundo Novo

Região 6	Promotorias de Justiça de Caarapó, Naviraí e Itaquiraí
Região 7	Promotorias de Justiça de Amambai e Ponta Porã
Região 8	Promotorias de Justiça de Aquidauana, Miranda, Terenos, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti
Região 9	Promotorias de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora
Região 10	Promotorias de Justiça de Costa Rica, Chapadão do Sul e Cassilândia
Região 11	Promotorias de Justiça de Paranaíba, Inocência e Aparecida do Taboado
Região 12	Promotorias de Justiça de Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Brasilândia e Bataguassu
Região 13	Promotorias de Justiça de Bandeirantes, São Gabriel do Oeste, Camapuã e Rio Negro
Região 14	Promotorias de Justiça de Nioaque, Jardim, Bonito, Porto Murtinho e Bela Vista

**Art. 6º** O inciso I do art. 7º-A da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24 de novembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º-A. Sem prejuízo do disposto no artigo 4º desta Resolução, a compensação de plantão também observará as seguintes regras:

I – na Procuradoria-Geral de Justiça e nas comarcas de Dourados, Três Lagoas e Corumbá, o membro do Ministério Público que ficar no plantão semanal em dias úteis terá mais um dia de crédito em compensação por semana;” (NR)

**Art. 7º** A ementa da Resolução nº 30/2012-PGJ, de 17 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Disciplina o Sistema de Plantão Permanente dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul nas Promotorias de Justiça de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá.” (NR)

**Art. 8º** O art. 1º da Resolução nº 30/2012-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O plantão no âmbito das Promotorias de Justiça de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá funcionará ininterruptamente, nos sábados, domingos e feriados, nos dias em que não houver expediente forense e nos dias úteis das 18h01min às 7h59min, em regime de sobreaviso, para atender a todos os casos urgentes do plantão judiciário e aqueles relacionados com a atuação ministerial que não possam aguardar o expediente do primeiro dia útil subsequente.” (NR)

**Art. 9º** O artigo 22-A da Resolução nº 30/2012-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22-A. Nas comarcas de Dourados, Três Lagoas e Corumbá, o Promotor de Justiça escalado para o plantão será auxiliado por uma equipe de plantão composta de um Assessor Jurídico e um Técnico I ou II.

(...)

§ 2º A escala de plantão dos Técnicos I ou II será elaborada e fiscalizada pelo Supervisor com menor antiguidade na carreira nas comarcas de Dourados, Três Lagoas e Corumbá.

§ 3º Aplicar-se-ão ao plantão dos servidores da comarca de Dourados, Três Lagoas e Corumbá, no que couber, as regras previstas para o plantão dos servidores da Capital, inclusive no que se refere à percepção da verba indenizatória prevista no art. 11 da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012.”(NR)

**Art. 10.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Grande, 16 de março de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 991/2018-PGJ, DE 16.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando a escolha da comarca, manifestada em conformidade com o § 3º do artigo 45 da referida Lei,

**R E S O L V E :**

Promover o Promotor de Justiça Substituto Gustavo Henrique Bertocco de Souza, símbolo MP-21, para o cargo de Promotor de Justiça de Primeira Entrância, símbolo MP-22, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Eldorado.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 993/2018-PGJ, DE 16.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Eldorado, Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, com prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Itaquiraí, a partir de 19.3.2018, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 987/2018-PGJ, DE 16.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 791/2018-PGJ, de 27.2.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de março de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO</b>			
10 e 11.3.2018	PJ de Eldorado	Felipe Almeida Marques	99312-6009
<b>REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA</b>			
17 e 18.3.2018	2ª PJ de Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO</b>			
10 e 11.3.2018	PJ de IguateMI	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
<b>REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA</b>			
17 e 18.3.2018	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2340

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 992/2018-PGJ, DE 16.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 9º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 19.3.2018, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 994/2018-PGJ, DE 16.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Substituto Felipe Almeida Marques para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado, a partir de 19.3.2018, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da mencionada data, a Portaria nº 485/2018-PGJ, de 1º.2.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 995/2018-PGJ, DE 16.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 41ª Zona Eleitoral, a partir de 19.3.2018, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 488/2018-PGJ, de 1º.2.2018, que indicou o Promotor de Justiça Substituto Felipe Almeida Marques.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 996/2018-PGJ, DE 16.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 19.3.2018, a Portaria nº 486/2018-PGJ, de 1º.2.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Substituto Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para atuar perante a comarca de Eldorado.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 997/2018-PGJ, DE 16.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Substituto Felipe Almeida Marques, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 25ª Zona Eleitoral, a partir de 19.3.2018, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 487/2018-PGJ, de 1º.2.2018, na parte que indicou ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Substituto Fabio Adalberto Cardoso de Moraes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 944/2018-PGJ, DE 14.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder aos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominados o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos do artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como do artigo 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012.

SERVIDOR(A)	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Aline Andressa Coelho de Oliveira	3º	22.2.2018
Cecilio Leandro Echeverria	2º	1º.2.2018
Geisa Jacob Gomes de Almeida	3º	17.2.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 988/2018-PGJ, DE 16.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere inciso VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à pensionista Sonia Maria Souza de Oliveira a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte e a redução do cálculo de contribuição para o Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, MSPREV, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22.12.1988, e inciso V do artigo 20 da Lei nº 3.150, de 22.12.2005 (Processo PGJ/10/0106/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 5/2018/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EM EXERCÍCIO E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63, c/c art. 77, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica, aos Promotores de Justiça de primeira entrância que, dentro do prazo de CINCO DIAS, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à promoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo, segunda entrância.

Campo Grande, 16 de março de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**COMISSÃO ELEITORAL****AVISO Nº 003/2018/CE-PGJ**

A COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DE FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE PARA ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA NO ANO DE 2018, no uso das atribuições previstas no artigo 1º da Resolução nº 11/CPJ/2017, de 23 de novembro de 2017, do Colégio de Procuradores de Justiça, AVISA aos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que será realizada a votação para a composição da lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 2018/2020, no dia 23 de março de 2018, no período das 9 às 17 horas, na sala de reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça, na Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS.

Campo Grande, 16 de março de 2018.

SÉRGIO LUIZ MORELLI  
Procurador de Justiça  
Presidente da Comissão Eleitoral

**ESCOLA SUPERIOR****EDITAL N.º 008/2018/PJFS – FÁTIMA DO SUL**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das PROMOTORIAS DE JUSTIÇA da Comarca de FÁTIMA DO SUL, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010 e Resolução nº 42, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e de acordo com as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18.1.1994, alterada pela Lei nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado para Estagiário de Ensino Superior de Direito, realizado no dia 01 de outubro de 2017, 2º Lugar MARIANI BAIRROS GERMANO e 3º Lugar THIAGO MARCONDES RUIZ, para a apresentação da documentação específica em anexo (Art. 31, § 1º da Resolução n.015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação oficial deste.

Fátima do Sul/MS, 19 de março de 2018.

SUZI D'ANGELO  
2ª Promotora de Justiça

**DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO**

- 1- Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- 2- Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estágio/semestre o número de dependência e disciplinas e data prevista para conclusão do curso;
- 3- Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- 4- Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- 5- Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da resolução n.015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
- 6- Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- 7- Atestado de exame ABO-RH;
- 8- Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;
- 9- 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
- 10- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEFAP) digitada em todos os campos e assinada.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 105/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/0685/2018.

Partes:

- 1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.
- 2- ROGÉRIO MICHELS DAS CHAGAS - ME, representado por Rogério Michels das Chagas.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã/MS.

Valor estimado mensal: R\$250,00 nos termos da Nota de Empenho nº2018NE000837, de 27.02.2018.

Vigência: 06.03.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 6 de março de 2018.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/PGJ/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/PGJ/2017 - PROCESSO PGJ/10/1024/2017.**

Objeto: Adequação do nome empresarial da empresa Comercial S.B.S. EIRELI-EPP, constante na Cláusula Primeira.

Fundamento Legal: art. 55, XIII e 61, *caput*, da Lei n. 8.666/93.

Data da assinatura: 14 de março de 2018.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/PGJ/2017 PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1590 DE 20 DE SETEMBRO DE 2017 (PÁGINAS 18 A 21) E REPUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1647 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017(PÁGINAS 80 A 83) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PGJ/2017**

DO OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de materiais (*rack, patch cords*, etc.) e contratação de empresa para prestação de serviços de instalação, identificação e certificação de infraestrutura de redes de dados, envolvendo redes com cabeamento UTP e telefonia, incluindo o fornecimento de materiais necessários (cabos, guias de cabos, calhas para rack, blocos de telefonia, etc.), conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS	UNID	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)
1	1	Rack 19" (polegadas) fechado 36Ux700mm fixação piso, conforme especificações do Anexo III. Marca: Garra Fornecedora: DICOM COMERCIAL LTDA – ME	un.	5	1.240,00
2	1	Rack 19" (polegadas) fechado 22Ux600mm fixação piso, conforme especificações do Anexo III. Marca: Garra Fornecedora: DICOM COMERCIAL LTDA – ME	un.	5	890,00
3	1	Rack 19" (polegadas) fechado 6Ux570mm fixação parede, conforme especificações do Anexo III. Marca: Garra Fornecedora: DICOM COMERCIAL LTDA – ME	un.	10	270,00
4	1	Rack 19" (polegadas) fechado 9Ux570mm fixação parede, conforme especificações do Anexo III. Marca: Garra Fornecedora: DICOM COMERCIAL LTDA – ME	un.	10	340,00
5	1	Rack 19" (polegadas) fechado 12Ux570mm fixação parede, conforme especificações do Anexo III. Marca: Garra Fornecedora: DICOM COMERCIAL LTDA – ME	un.	5	350,00
6	1	Patch Cord 1,5m categoria 6, conforme especificações do Anexo III. Marca: Furukawa Fornecedora: DICOM COMERCIAL LTDA – ME	un.	1.000	15,00
7	1	Patch Cord 2,5m categoria 6, conforme especificações do Anexo III. Marca: Furukawa Fornecedora: DICOM COMERCIAL LTDA – ME	un.	1.000	18,85
8	1	Patch Cord 5,0m categoria 6, conforme especificações do Anexo III. Marca: Furukawa Fornecedora: DICOM COMERCIAL LTDA – ME	un.	250	27,20
9	1	Kit porca gaiola com parafuso M5, pacote com 100 unidades, conforme especificações do Anexo III. Marca: Sollan Fornecedora: DICOM COMERCIAL LTDA – ME	pct.	10	42,00
10	1	Fita de Velcro dupla face (rolo de 3 metros), conforme especificações do Anexo III. Marca: Garra Fornecedora: DICOM COMERCIAL LTDA – ME	rolo	10	9,60

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS	UNID	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)
11	1	Serviço de instalação de rack de parede, com fornecimento de material para fixação do rack. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	25	125,00
	2	Serviço de instalação de calha com 8 (oito) tomadas (NBR 14136/2002), para rack 19" (polegadas), cor preta, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento da calha. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	25	88,00
	3	Serviço de instalação de frente falsa 1Ux19" (polegadas) para rack 19" (polegadas), cor preta, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento da frente falsa 1Ux19". Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	200	11,00
	4	Serviço de instalação de guia de cabos 1Ux19" (polegadas), para rack 19" (polegadas), cor preta, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento guia de cabos 1Ux19". Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	100	30,00
	5	Serviço de instalação de caixa sistema X, PVC, 75x75x31mm, com espelho angular e 02 módulos RJ45, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de caixa sistema X, PVC, 75x75x31mm, com espelho angular e 02 módulos RJ45. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	500	60,00
	6	Serviço de instalação de canaleta sistema X, PVC, 50x20mm, com divisória, luva, cotovelo, tampa extremidade e material de fixação, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de canaleta sistema X, PVC, 50x20mm com divisória, luva, cotovelo e tampa. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	1.000	26,50
	7	Serviço de instalação de espelho (cor branca) e suporte 4x2 com 3 módulos RJ45, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de espelho (cor branca) e suporte 4x2 com 3 módulos RJ45. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	300	25,70
	8	Serviço de instalação/lançamento de cabo UTP Cat. 6, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de cabo UTP Cat. 6. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	50.000	4,50
	9	Serviço de conectorização de cabo UTP categoria 6 (uma extremidade), com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	1.900	30,00
	10	Serviço de identificação de pontos UTP ou ópticos, com fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	1.900	12,00
	11	Serviço de certificação de ponto UTP categorias 6, com fornecimento de relatório em formato digital e impresso da certificação. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	1.900	20,00

12	Serviço de certificação de fibra óptica MM/SM, com fornecimento de relatório em formato digital e impresso da certificação. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	50	25,00
13	Serviço de instalação/lançamento de cabo óptico indoor/outdoor de 12FO multimodo 50/125 µm OM3, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo cabo óptico indoor/outdoor de 12FO multimodo 50/125 µm OM3. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	m	300	20,00
14	Serviço de instalação/lançamento de cabo óptico indoor/outdoor de 6FO multimodo 50/125 µm OM3, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de cabo óptico indoor/outdoor de 6FO multimodo 50/125 µm OM3. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	m	300	18,88
15	Serviço de instalação/lançamento de cabo óptico indoor/outdoor de 12FO monomodo, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de cabo óptico indoor/outdoor de 12FO monomodo. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	m	300	15,00
16	Serviço de instalação/lançamento de cabo óptico indoor/outdoor de 6FO monomodo, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de cabo óptico indoor/outdoor de 6FO monomodo. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	m	300	10,00
17	Serviço de emenda por fusão em fibra óptica MM/SM, com fornecimento de materiais. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	48	78,00
18	Serviço de instalação de DIO 19" (polegadas) para 24FO (sem fusões), com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de DIO 19" (polegadas) para 24FO. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	5	245,00
19	Serviço de instalação de Mini DIO para 06FO (sem fusões), com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de Mini DIO para 06FO. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	5	90,00
20	Serviço de instalação de extensão óptica MM 50/125 LC OM3 com fusão, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de extensão óptica MM 50/125 LC OM3. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	24	130,00
21	Serviço de instalação de extensão óptica MM 50/125 SC OM3 com fusão, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de extensão óptica MM 50/125 SC OM3. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	24	128,00
22	Serviço de instalação de extensão óptica SM SC com fusão, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de extensão óptica SM SC. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	24	122,00
23	Serviço de instalação de extensão óptica SM LC com fusão, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de extensão óptica SM.	serv.	24	120,00

	Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP			
24	Serviço de instalação e conectorização de Patch Panel com 24 portas categoria 6, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de Patch Panel com 24 portas categoria 6. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	80	800,00
25	Serviço de instalação/lançamento de cabo de telefonia (30 pares) com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de cabo de telefonia (30 pares). Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	m	1.000	13,00
26	Serviço de instalação e conectorização de Voice Panel categoria 3 com 30 portas, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de Voice Panel categoria 3 com 30 portas. Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	8	550,00
27	Serviço de instalação e conectorização de bloco de telefonia M10 com 10 portas, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo o fornecimento de cabo de telefonia (30 pares). Fornecedora: IDEALNET PRODUTOS ELETRONICOS E TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP	serv.	24	30,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

DATA DE ASSINATURA: 19 de setembro de 2017.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/PGJ/2017 PUBLICADA NO DOMP-MS Nº1647 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017 (PÁGINAS 83 A 85) - REPÚBLICA CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/PGJ/2017

DO OBJETO: Registro de preços para eventual prestação de serviços de teste e recarga de extintores de incêndio, com substituição de peças, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	VALORES DE REFERÊNCIA - UNITÁRIOS (R\$)
01	Recarga de extintor pó químico, cilindro com capacidade para 4 kg Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	70	19,50
02	Recarga de extintor pó químico, cilindro com capacidade para 6 kg Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	32	26,00
03	Recarga de extintor água pressurizada, cilindro com capacidade para 10 litros Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	113	16,25
04	Recarga de extintor CO <sup>2</sup> , cilindro com capacidade para 6 kg Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	111	33,05

05	Recarga de extintor pó químico ABC, cilindro com capacidade para 4 kg Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	5	28,60
06	Recarga de extintor pó químico ABC, cilindro com capacidade para 6 kg Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	6	35,75
07	Substituição de manômetro Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	39	5,20
08	Substituição de mangueira AP/PQS Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	35	6,50
09	Substituição de mangueira CO <sup>2</sup> Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	24	19,50
10	Substituição de válvula AP/PQS Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	29	9,75
11	Substituição de válvula CO <sup>2</sup> Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	25	26,00
12	Substituição de difusor Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	29	6,50
13	Substituição de punho Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	19	2,60
14	Substituição Sifão CO <sup>2</sup> Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	28	6,50
15	Substituição Sifão AP/PQS Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	34	3,90
16	Substituição de cinta Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	20	3,90
17	Substituição de trava Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	un.	27	1,30
18	Teste Hidrostático extintor AP 10 litros Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	serv.	45	6,50
19	Teste Hidrostático extintor CO <sup>2</sup> 6 kg Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	serv.	40	9,75
20	Teste Hidrostático extintor CO <sup>2</sup> 6 kg Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	serv.	35	6,50
21	Teste Hidrostático extintor PQS 6 kg Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	serv.	24	6,50
22	Teste Hidrostático extintor ABC 4 kg Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	serv.	5	6,50
23	Teste Hidrostático extintor ABC 6 kg Empresa vencedora: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME	serv.	5	6,50

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS)

DATA DE ASSINATURA: 14 de dezembro de 2017.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N. 0001/2018/DOS**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000850-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Délia Godoy Razuk

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seus 10º, 16º e 17º Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Vulneráveis, da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele ato dispõe que "o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do detentor de cargo ou função pública desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os agentes públicos/políticos devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal, na prática de seus atos;

CONSIDERANDO que todo agente público ou político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento destes subscritores que pela Chefe do Executivo local estariam sendo adotadas medidas de contenção de gastos com pessoal, a fim de se adequar aos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO, no entanto, que tem sido amplamente divulgado que para atingir tal objetivo a alcaide tem se valido de atos que tem prejudicado a manutenção da prestação de serviços essenciais à população douradense, tais como os atendimentos médicos prestados pelo SAMU;

CONSIDERANDO que tais notícias deram origem à instauração do Inquérito Civil n. 06.2018.00000850-7, que tem por objeto "apurar eventuais irregularidades na adoção de medidas visando a adequação dos gastos com pessoal à lei de responsabilidade fiscal, em prejuízo da continuidade de serviços essenciais para a população do Município de Dourados”;

CONSIDERANDO que tanto a Constituição Federal quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal preveem um escalonamento de medidas a serem adotadas visando a adequação de gastos com pessoal aos seus preceitos;

CONSIDERANDO que a primeira medida a ser adotada visando a diminuição de tais gastos consiste na redução de ao menos 20% (vinte por cento) de cargos comissionados e funções de confiança (art. 169, §3º, I, CF);

CONSIDERANDO que, a priori, e de acordo com as publicações oficiais do Município de Dourados, não se vislumbra a adoção de medidas efetivas para a diminuição de cargos comissionados e/ou funções de confiança não relacionados a atividades essenciais, em proporção tal que torne inviável a atividade administrativa, a justificar o sacrifício de serviços de relevância pública;

CONSIDERANDO, a esse respeito, que o art. 10, da Lei 7.783/89, dispõe que "são considerados serviços ou atividades essenciais: I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; II - assistência médica e hospitalar; III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos; IV - funerários; V - transporte coletivo; VI - captação e tratamento de esgoto e lixo; VII - telecomunicações; VIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares; IX - processamento de dados ligados a serviços essenciais; X - controle de tráfego aéreo; XI compensação bancária";

CONSIDERANDO, igualmente, que conforme o disposto no art. 11 daquela lei, "as necessidades inadiáveis da comunidade são aquelas, que não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população";

CONSIDERANDO que a precarização dos serviços essenciais não pode ser justificada pela necessidade de adequação de gastos com pessoal, mormente quando não foram esgotadas todas as medidas de contenção menos gravosas;

CONSIDERANDO, que acerca do tema, assim tem decidido os tribunais pátrios, in verbis:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO MANDADO DE SEGURANÇA SERVIDORES MUNICIPAIS DE PORTO DA FOLHA SUPRESSÃO DE VANTAGENS E MODIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO TRIÊNIO DECRETO MUNICIPAL Nº 215/2013 ESPÉCIE NORMATIVA IMPRÓPRIA ART. <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10628446/artigo-84-da-constituicao-federal-de-1988>84, VI, DA CF - REDUÇÃO DE GASTOS COM FOLHA DE PESSOAL INOBSERVÂNCIA DO ART. 169, § 3º, DA CF - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (AUTOTUTELA) INOBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - CONCESSÃO DA SEGURANÇA. I A ESPÉCIE NORMATIVA DENOMINADA DECRETO AUTÔNOMO, ESTÁ PREVISTA NO ART. 84, INCISO VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E, DE ACORDO COM TAL DISPOSITIVO, SUA APLICAÇÃO É RESTRITA (DELIMITADA), POIS O REFERIDO DISPOSITIVO TROUXE AS MATÉRIAS QUE POR ELE PODEM SER ABORDADAS, DENTRE AS QUAIS, NÃO SE ENCONTRAM OS ASSUNTOS ABORDADOS PELO DECRETO MUNICIPAL OBJETO DE ANÁLISE NO PRESENTE MANDAMUS; II A CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM SEU § 3º, DO ART. 169, ESTABELECE AS MEDIDAS QUE DEVEM SER ADOTADAS PELO GESTOR PÚBLICO, A FIM DE ADEQUAR OS GASTOS DO ENTE PÚBLICO COM OS SEUS SERVIDORES AOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, RAZÃO PELA QUAL, A AUTORIDADE COATORA AGIU AO ARREPIO DA LEI AO LANÇAR MÃO DE VANTAGENS PAGAS A FUNCIONÁRIOS EFETIVOS, ANTES MESMO DE TENTAR ATINGIR OS LIMITES LEGAIS POR MEIO DA REDUÇÃO DOS CARGOS COMISSONADOS DO MUNICÍPIO; III É LIÇÃO BÁSICA DE DIREITO ADMINISTRATIVO A POSSIBILIDADE DE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM FULCRO NO SEU PODER-DEVER DE AUTOTUTELA, ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS QUANDO EIVADOS DE NULIDADE, A TEOR DA SÚMULA Nº 473/STF, CONTUDO, O EXERCÍCIO DE TAL PRERROGATIVA DEVE SER PRECEDIDA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, NO QUAL SERÃO OBSERVADOS O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. PRECEDENTES DO STF; IV IN CASU, CONSTA DOS AUTOS A INSTAURAÇÃO DE UM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO COM O ESCOPO DE APURAR A REGULARIDADE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO MUNICÍPIO, CONTUDO, NÃO HÁ NOS AUTOS QUALQUER PROVA DE QUE TENHA SIDO DADA AOS IMPETRANTES A OPORTUNIDADE DE APRESENTAR DEFESA, RAZÃO PELA QUAL, É INEGÁVEL O DESRESPEITO AOS PRIMADOS BASILARES DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA; V - SEGURANÇA CONCEDIDA. (TJSE, MS 201300125447, relator DRA. BETHZAMARA ROCHA MACEDO, publicado em 20 jan 2015).

CONSIDERANDO, portanto, que a inobservância da ordem descrita no art. 169, § 3º, da Constituição Federal, com o comprometimento da prestação de serviços essenciais deve ser considerada ilegal, sujeitando o responsável às sanções legais, inclusive aquelas previstas na Lei de Improbidade Administrativa;

RESOLVEM, em defesa do patrimônio público e social, dos direitos constitucionais do cidadão e dos vulneráveis e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade RECOMENDAR, à Prefeita Municipal Délia Godoy Razuk, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para sua responsabilização, que:

Diante da necessidade premente de promover adequações nos gastos com pessoal visando atender aos limites dispostos na Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, observe irrestritamente o disposto no art. 169, § 3º, I, da Carta Magna, bem como priorize a manutenção de serviços essenciais, mediante a imediata redução de gastos com cargos em comissão e funções de confiança que não possuem essa natureza de essencialidade;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de até 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, ao Poder Executivo Municipal, e também, para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 15 de março de 2018.

RICARDO ROTUNNO  
Promotor de Justiça

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL  
Promotor de Justiça

.....  
**TRÊS LAGOAS**  
.....

#### **EDITAL N. 06.2017.00001601-4**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2017.00001601-4, que se encontra à disposição na Rua Elviro Mário Mancini, 860, Ministério Público Estadual, nesta cidade.

Inquérito Civil n. 06.2017.00001601-4

Requerentes: Acir Kauas e outros

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual responsabilidade pelo noticiado abandono e dilapidação do patrimônio público consistente em imóvel devidamente guarnecido, doado pela Eldorado Brasil ao Município de Selvíria por meio do termo de repasse de mais de R\$ 10 milhões.

Três Lagoas, 12 de março de 2018.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA  
Promotor de Justiça



---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**AQUIDAUANA**

---

**EDITAL N.º 006-2018-1ªPJCA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002333-7 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002333-7– 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adão de Arruda Sales

Finalidade – Apurar eventual dano ambiental praticado por Adão de Arruda Sales, proprietário do Balneário Água Nascente, localizado no Distrito de Piraputanga, Município de Aquidauana/MS, em razão da construção da escadaria e corte de vegetação em área de preservação permanente.

Aquidauana - MS, 14 de março de 2018.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 007-2018-1ªPJCA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000759-6 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000759-6– 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Geraldo Vieira Coutinho Filho

Finalidade – Coletar informações, subsídios e elementos de convicção acerca de possível dano ambiental em área de preservação permanente, decorrente do desvio de curso de água.

Aquidauana - MS, 15 de março de 2018.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

---

**COXIM**

---

**EDITAL N.º 0013/2018/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000746-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: “apurar notícias referente o aumento de casos de leishmaniose canina no Município de Coxim, inclusive com casos confirmados da doença em humanos.”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 020/2012 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 15 de março de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0014/2018/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000747-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Alcínópolis

Assunto: “visando apurar notícia veiculada no sítio [www.edicaoms.com.br](http://www.edicaoms.com.br), no dia 15 de março de 2012, de gastos com diárias pagas a Vereadores e Funcionários da Câmara Municipal de Alcínópolis, com valor aproximado à folha mensal de pagamentos de funcionários no mês de fevereiro/2012 daquela Casa de Leis.”

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 0004/2012 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 15 de março de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0015/2018/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000748-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: “apurar eventual irregularidade nas condições de segurança dos estabelecimentos mencionados no Ofício 001/CMDO/5º SGB/2012, bem como promover as medidas cabíveis para adequá-los às normas aplicáveis.”

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 0010/2013 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 15 de março de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0016/2018/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000783-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Coxim

Assunto: “apurar possíveis irregularidades no procedimento licitatório pregão presencial nº 038/2010, realizado pelo Município de Coxim, visando a contratação de empresa para prestação de serviços de lavagens de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde.”

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 0025/2010 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 15 de março de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0017/2018/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000784-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Coxim

Assunto: “apurar possíveis irregularidades no procedimento licitatório referente a limpeza pública realizada no ano de 2009 junto a municipalidade.”

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 0027/2010 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 15 de março de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0018/2018/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000799-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Coxim/F. S. de Jesus Carvalho

Assunto: “apurar irregularidades na contratação de serviços de vigilância e de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos e de aparelhos de ar condicionado, pela Câmara Municipal de Coxim”

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 006/2011 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 15 de março de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0019/2018/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000813-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Manoel Nunes da Silva

Assunto: “apurar eventuais atos de improbidade administrativa nas condutas noticiadas no Relatório de Auditoria Contábil das contas públicas da Prefeitura Municipal de Alcínópolis referente ao período de janeiro/2009 a junho de 2011”

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 035/2012 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 15 de março de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0020/2018/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000815-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: “Apurar irregularidades e/ou atrasos no fornecimento de medicamentos pela Secretaria Municipal de saúde e eventual ato de improbidade administrativa decorrente do descumprimento de ordens judiciais que assim obrigam o município.”

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 037/2012 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 15 de março de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0021/2018/01PJ/CXM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000826-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: “apurar eventual irregularidade nos procedimentos licitatórios que resultaram na contratação de Luiz Carlos Figueiredo (Por R\$ 114.607,01) e de Rodrigo Teodoro Dias (Por R\$ 204.607,61) para aquisição de medicamentos, de janeiro a dezembro/2010, noticiada no Relatório de Auditoria da SES nº 944/2011.”

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 024/2012 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 15 de março de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

.....  
**FÁTIMA DO SUL**  
.....

**EDITAL Nº. 12/2018**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00001490-5 no Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001490-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001490-5

Requerente: Município de Fátima do Sul

Requerido: Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior e Reloponto Ata Comércio de Relógios de Ponto Eirelli – ME.

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa pelo ex-prefeito municipal de Fátima do Sul, tendo em vista eventuais irregularidades no procedimento licitatório que teve como objeto a aquisição de aparelhos de registro eletrônico de ponto.

Fátima do Sul-MS, 05 de março de 2018.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Promotor de Justiça

---

**NAVIRAÍ**

---

**EDITAL Nº 0002/2018/01PJ/NVR**

A 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Júlio Soares de Souza Filho, nº 25, Centro.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000835-1/1ª PJ da Infância e Juventude

Requerente: Ministério Público Estadual - 1ª Promotoria de Justiça

Requerido: Robson Junior da Silva

Assunto: acompanhar o cumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o senhor Robson Júnior da Silva.

Naviraí, 13 de março de 2018.

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça

---

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL Nº 0020/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00000539-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000539-8

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a ausência de sistema eficiente de drenagem pluvial da Rua Seferino Dávila Monteiro, Bairro Júlia Cardinal, gerando por consequência alagamentos em residências daquela região.

Ponta Porã/MS, 15 de março de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0021/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000540-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000540-0

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Anderson Ovidio Ely

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Tagy, bem como o exercício de atividades potencialmente poluidoras em seu interior desprovidas de licenciamento ambiental.

Ponta Porã/MS, 15 de março de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0022/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000541-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000541-0

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Altamir Joao Dalla Corte

Assunto: Investigar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural Fazenda Morro Alto, bem como apurar o armazenamento de madeira nativa sem cobertura de documento de origem florestal

Ponta Porã/MS, 16 de março de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça